

45 Anos de Comércio Exterior no Nordeste do Brasil: 1960-2004

Olímpio J. de Arroxelas Galvão

- Ph.D em Economia pela Universidade de Londres
- Mestre em Economia pela Universidade de Yale
- Professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- Pesquisador bolsista nível I do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Professor titular em regime de tempo integral da Faculdade Boa Viagem, no Recife, Pernambuco

Resumo

O trabalho objetiva analisar a evolução do comércio exterior da região Nordeste do Brasil na perspectiva das últimas quatro décadas e meia, com início em 1960 e término no ano de 2004. Faz uma comparação da evolução do comércio da região Nordeste com a do Brasil e com a das outras macrorregiões do país, ressaltando tanto o desempenho das exportações quanto das importações. Analisa as razões do processo de introversão sofrido pela região Nordeste, algumas mudanças resultantes da abertura comercial, a composição das exportações segundo seus principais produtos e o balanço comercial da região nos últimos 45 anos. Finaliza apresentando uma série de proposições de políticas para a melhoria da *performance* do comércio exterior nordestino.

Palavras-chave:

Comércio Exterior do Nordeste; Comércio; Introversão Econômica do Nordeste; Composição do Comércio; Desempenho do Comércio Exterior do Nordeste.

1 – INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o crescimento do comércio exterior tem sido apontado como uma das explicações principais da evolução econômica, social e política de um grande número de países. Uma vasta literatura, produzida seja por pesquisadores de organizações internacionais, a exemplo do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC), e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal/Organização das Nações Unidas – ONU), seja por acadêmicos de todo o mundo, vem comprovando, empiricamente, que os países com uma crescente inserção de suas economias nas correntes do comércio internacional (tanto no que diz respeito a exportações quanto a importações) são aqueles que mais cresceram nas últimas três décadas e que deverão continuar crescendo a taxas mais elevadas nas próximas décadas do novo milênio¹.

São inúmeros os argumentos em favor da ampliação do comércio internacional e, em anos mais recentes, da liberalização comercial praticada por várias economias nacionais. A ampliação do comércio e da liberalização produz uma melhor alocação dos recursos domésticos, corrigindo antigas distorções geradas por muitos anos de práticas protecionistas, propiciando amplos benefícios para a sociedade, decorrentes da maior oferta e diversidade de produtos aos consumidores; promove ganhos de eficiência técnica no sistema produtivo, por elevar a produtividade das firmas e indústrias, em razão da sua maior exposição à concorrência internacional; conduz a esforços de especialização na esfera produtiva, propiciando uma melhor divisão do trabalho, a geração de economias de escala e a introdução de inovações tecnológicas e de novos e mais eficientes processos de gestão; e produz uma seqüência de efeitos dinâmicos, associados à desobstrução de canais que levam a fluxos modernizantes de idéias, experiências e inovações em vários segmentos no campo social, produtivo e institucional.

Por outro lado, uma também expressiva literatura vem mostrando que, se a expansão do comércio exterior

de um país tende a provocar um círculo virtuoso de desenvolvimento e elevação do bem-estar, a insuficiência de crescimento do comércio, tanto das exportações quanto das importações, pode conduzir a severas restrições ao crescimento dessas economias. (THIRWALL, 1979, 1997; THIRWALL; HUSSAIN, 1982). Nas últimas décadas, a extraordinária expansão do comércio internacional gerou uma dependência crescente de todas as economias do mundo em relação a importações de insumos, máquinas e equipamentos, bens finais de consumo e tecnologia, obrigando essas economias a buscar uma ampliação cada vez maior de suas receitas em moeda estrangeira para financiar a sua aquisição nos mercados externos. E por mais disponíveis que sejam os capitais financeiros de outros países para empréstimos e investimentos, são ainda as exportações a fonte mais crucial para o financiamento das importações contidas nos outros componentes da demanda agregada doméstica: o consumo, o investimento e as despesas governamentais.

Não é por outra razão que a experiência internacional demonstra que o desempenho econômico de um país está fortemente relacionado com o desempenho do seu setor externo. Isto permite inferir que, quando um país não é capaz de gerar receitas cambiais suficientes para financiar as suas necessidades de importações, esse país se defronta com uma severa restrição para crescer, ficando impedido de utilizar plenamente os seus recursos produtivos domésticos, por mais abundantes que estes sejam.

Nesta perspectiva, é importante reconhecer também que, em muitos aspectos semelhantes ao que acontece com a economia de um país, a economia de uma região pode sofrer, de igual forma, severos problemas de constrangimento externo para crescer. Tanto quanto um país, quando uma região apresenta um grande déficit nas suas transações correntes (seja com o exterior da nação, seja com o resto do país) e este déficit não pode ser totalmente financiado por transferências de recursos (do resto do país ou do resto do mundo), a economia da região será obrigada a reduzir o crescimento de sua demanda agregada e, assim, sua capacidade de crescimento. Ou seja, quando uma região não é capaz de gerar um volume de renda suficiente para financiar as suas necessidades de importações (não importando se domésticas ou externas), esta região também passa a se defrontar com uma séria restrição para crescer, por não poder financiar, em nível adequado, o volume de importações de insumos, bens de capital,

¹ É muito grande o número de autores que, especialmente após os anos de 1970, vêm pesquisando as relações entre crescimento econômico, expansão do comércio exterior e abertura comercial. Os pioneiros são Balassa (1967, 1971, 1980) e Krueger (1978, 1984). Magee (1994) apresenta uma boa resenha das principais contribuições dos anos 1980 e 1990. Mais recentemente, ver os relatórios anuais do Banco Mundial, da OMC e do FMI, todos datados do ano de 2005.

tecnologia e outros requerimentos indispensáveis às suas necessidades de crescimento.

Como o crescimento da economia de um país ou de uma região se expressa através da expansão da sua produção e da sua renda, e como tal crescimento implica necessariamente um aumento da demanda por importações, a expansão da oferta (ou seja, da produção de bens tangíveis e de muitos intangíveis) será contida ou restringida pela incapacidade de o país ou de a região expandir a sua demanda, já que as importações constituem um componente importante dessa demanda.

Países ou regiões que revelam uma histórica incapacidade de expandir as suas exportações e, ao mesmo tempo, apresentam uma elevada propensão a importar (ou seja, as importações registram uma alta sensibilidade aos aumentos da renda nacional ou regional) estão condenados a se endividar fortemente ou a ingressar num círculo vicioso de baixo crescimento e recorrentes crises de balanço de pagamentos.

No caso específico de uma região, o constrangimento externo pode ainda ser maior do que acontece com um país, porque a economia de uma região é mais aberta, daí tornando-se o seu crescimento muito mais dependente de seu comércio externo total (internacional e inter-regional).

Se, por exemplo, a economia de uma região tem um déficit nas suas relações comerciais com o resto do país, este déficit pode ser financiado por um superávit com o exterior e vice-versa. Ou este déficit pode ser financiado por operações interbancárias entre regiões e, mais comumente, através de transferências do governo central para as regiões deficitárias. Se uma região, porém, apresenta um duplo déficit – com o exterior do país e com as outras regiões – a posição da região deficitária torna-se mais delicada, pois mais recursos de transferências (sejam internacionais ou nacionais) serão necessários para manter o ritmo de crescimento da economia da região, já que a diferença entre dispêndios totais e receitas totais com bens e serviços, tanto entre países quanto entre regiões, tem de ser financiada de alguma forma.

Como é sabido, e assim como sucede com a economia brasileira, as transações na esfera de bens intangíveis (o correspondente à conta de rendas e serviços), apresentam uma posição claramente deficitária para a região Nor-

deste e para cada uma de suas unidades federadas. Por outro lado, sabe-se também que a economia da região Nordeste manteve, historicamente, uma relação de assimetria nas relações comerciais com o seu exterior, registrando, porém, superávits no comércio internacional e déficits no inter-regional. (GTDN, 1967; GALVÃO, 1999). Como esses últimos, nas décadas mais recentes, eram superiores aos obtidos com as exportações para fora do país, foi sempre necessária a transferência líquida de recursos do governo central para a região, que ocorria através das políticas de desenvolvimento regional, seja diretamente, por via de gastos públicos, seja indiretamente, através dos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros às atividades produtivas regionais.

A partir da década de 1990, todavia, as relações comerciais do Nordeste com o seu exterior começaram a revelar uma mudança estrutural. Se ocorreu, na primeira metade dessa década, uma forte inflexão do saldo do balanço comercial da região, iniciada por uma tendência declinante desses saldos, na segunda metade dos anos 1990, desaparecem os superávits comerciais da região Nordeste com o exterior do país – passando a região a apresentar uma situação que há muitas décadas não conhecia, ou seja, uma posição deficitária no seu comércio com o exterior do país, eliminando-se, desta forma, uma fonte de financiamento de parte do déficit regional nas suas transações correntes. O resultado inevitável dessa mudança estrutural será, obviamente, o de exigir um aumento na necessidade de transferências públicas de recursos para a região (ou um grande, porém menos provável, aumento na entrada de recursos originados do exterior do país ou de instituições bancárias de outras regiões).

O quadro de relativa estagnação da economia nacional, o contexto de estritas políticas de estabilização para contenção inflacionária que ainda prevalece no país desde o início dos anos 1990 e a necessidade da geração de crescentes superávits primários em nível nacional – aliados a uma substancial redução da prioridade com respeito ao problema regional em anos recentes – não são propícios, como se sabe, a aumentos na disponibilidade de recursos para transferências inter-regionais. Nessa perspectiva, caso não seja revertida a tendência acima mencionada, não são favoráveis os prognósticos para o Nordeste no que se refere aos recursos que a região estaria a necessitar para enfren-

tar o problema de assimetria nas suas transações correntes. E isso traz, mais que nunca, a questão do constrangimento externo de seu crescimento.

Este aparentemente simples, mas verdadeiro retrato da realidade regional, traz como mensagem clara que somente um forte e crescente influxo de capitais externos (internacionais e do resto do país), associado a uma vigorosa expansão de suas exportações, seria capaz de possibilitar a obtenção das elevadas taxas de crescimento que se esperam para a região. Todavia, a mesma mensagem também é clara em mostrar que, no longo prazo, a variável crítica para o desenvolvimento sustentável da economia da região (ou seja, o seu desenvolvimento no longo prazo) é a expansão das exportações, associada também ao incremento da produção regional de bens substitutos de importações, para que possa ser reduzida, em prazo razoável, a sua dependência de volumosas e talvez incertas transferências de recursos de fora da região.

É com base nesses cenários que será investigada a questão do comércio na região, para após, então, serem extraídos os elementos básicos para a formulação de novas estratégias e de novas políticas de comércio para o Nordeste.

Este trabalho se desenvolve, na seção que segue, com algumas breves reflexões sobre o desempenho do comércio exterior brasileiro, objetivando-se mostrar algumas razões que explicam o mau desempenho exportador, tanto do país como um todo quanto da região Nordeste, nas últimas quatro décadas e meia. A seção 3 apresenta uma análise detalhada do comércio exterior do Nordeste, destacando a evolução dos fluxos do comércio da região com o exterior do país nos últimos 45 anos, ou seja, no período 1960 a 2004, e comparando-se o desempenho regional com a evolução do país como um todo e com cada uma de suas macrorregiões. Uma seção final analisa as perspectivas do comércio exterior do Nordeste para as próximas décadas e apresenta um conjunto de sugestões de políticas e estratégias para o desenvolvimento futuro do comércio exterior da região.

2 – O MAU DESEMPENHO EXPORTADOR BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Como atestam as informações sobre as relações de comércio do Brasil com o seu exterior, o país, e a região Nordeste ainda mais, registram nos dias atuais reduzido coeficiente de abertura de suas economias ao exterior. O

grau de abertura da economia nacional e regional, todavia, era, até a primeira metade do século passado, muito mais elevado. A relativamente drástica introversão que ocorreu na economia do país – que chegou a alcançar uma relação exportações/Produto Interno Bruto (PIB) próxima dos 25%, por volta dos anos 1930, em contraste com pouco mais de 10% no início do novo milênio – resultou de fatores históricos bem conhecidos, cujos traços mais marcantes serão brevemente assinalados a seguir, com o objetivo de contextualizar a presente situação do setor externo brasileiro e nordestino como largamente determinada pelos acontecimentos do passado.

Como é sabido, entre as décadas de 1930 e 1950, tornou-se generalizada em quase todos os países subdesenvolvidos a utilização de políticas comerciais protecionistas. O resultado foi promover o que veio a ser chamado de industrialização por substituição de importações. Essas políticas significavam o abandono dos princípios do livre-comércio e das vantagens comparativas para o mercado doméstico, por se basearem na adoção de estratégias de crescimento que viabilizavam a expansão da produção de bens, a maioria dos quais não poderia ser produzida no contexto de uma economia aberta ao exterior.

Vale ressaltar, porém, que, embora a industrialização fosse – como continua sendo – uma aspiração de todos os países não-desenvolvidos, a origem das políticas de desenvolvimento industrial por via de substituição de importações deve ser buscada, em grande parte, na falta de opções desses países para a adoção de estratégias plenamente centradas na exploração de suas vantagens comparativas.

Um breve exame da evolução das políticas de comércio exterior das nações desenvolvidas revela que, a partir da década de 1930, e sobretudo após a Segunda Grande Guerra, os países industrializados (e de modo especial os europeus) passaram a adotar políticas internas de modernização de sua agricultura voltadas para a obtenção de auto-suficiência alimentar, levando-os a se tornarem não somente grandes exportadores de bens manufaturados, mas também de bens primários. Vale lembrar, nesse contexto, que os Estados Unidos e os países da atual União Européia são há muito tempo o primeiro e o segundo maiores exportadores mundiais de bens agrícolas, em larga medida, graças aos volumosos subsídios que os governos concedem aos seus agricultores.

Além do mais, os países industrializados, mesmo quando defendiam o livre comércio, sempre praticaram políticas seletivas contra importações de produtos agroindustriais e de bens manufaturados, afetando especialmente as exportações intensivas de mão-de-obra ou de recursos naturais dos países não-desenvolvidos. Além dos diversos regimes de quotas e dos esquemas de restrições “voluntárias” de exportações, uma especial menção merece ser feita aos mecanismos denominados de *tariff escalation*, ou de tarifas moduladas, que consistiam na imposição de impostos graduados sobre importações em função do estágio de processamento dos bens. Por esses mecanismos, os bens exportados em forma bruta (alimentos, minérios, fibras) ou com pouca elaboração industrial sofriam baixa tarifação, mas as tarifas se elevavam à medida que tais bens recebiam algum processamento, de tal sorte que, quanto mais valor era agregado ao produto primário, mais elevados os impostos sobre suas importações. Para dar um exemplo, fios de algodão pagavam baixas tarifas, tecidos tarifas maiores e confecções eram tributadas com alíquotas muito elevadas.

O efeito dessas práticas era, obviamente, manter os países subdesenvolvidos especializados na produção e na exportação de produtos primários não-beneficiados (cujos mercados eram, entretanto, fortemente protegidos no Primeiro Mundo) e, conseqüentemente, inibir as iniciativas de industrialização julgadas tão importantes por essas nações, não somente para livrá-las da dependência da produção de uns poucos bens primários e de promover um processo de diversificação de suas pautas de exportação, mas também como um importante instrumento de geração de emprego e renda e, principalmente, de divisas para financiar o desenvolvimento dessas economias.

O gradativo processo de abertura das principais economias mundiais, que ocorreu após sucessivas rodadas de negociações multilaterais de comércio sob o abrigo do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), a partir de 1947, reduziu significativamente os níveis médios de proteção dessas economias, mas permaneceram, ao longo das décadas seguintes, e mesmo após a constituição da OMC, no ano de 1995, muitos dos mecanismos de protecionismo seletivo praticados pelos países desenvolvidos, tanto sobre produtos industrializados intensivos em mão-de-obra quanto sobre bens agrícolas e agroindustriais de interesse dos países em desenvolvimento – dificultando severamente o acesso dos produtos dessas nações aos mercados dos países industrializados.

Vale aqui assinalar que muitos analistas dos próprios países industrializados indagavam o porquê de tanta atividade protecionista nesses países. Na verdade, por volta do início da segunda metade da década de 1970, a produção industrial das nações menos desenvolvidas representava apenas cerca de 9% de toda a produção mundial e menos de 10% de todas as exportações manufatureiras do globo e essas exportações não atingiam sequer 1% do consumo total de manufaturados dos países industrializados (HANSEN, 1981). Além do mais, mesmo levando-se em conta que as exportações de manufaturados das nações menos desenvolvidas se concentravam em poucos itens, os principais produtos exportados ainda representavam, por volta do final da década acima mencionada, um reduzido percentual do consumo total nos países industrializados.

Considerando-se o produto mais importante da pauta das exportações do Terceiro Mundo – os artigos da indústria têxtil e de confecções –, os países em desenvolvimento forneciam menos de 8% do consumo total de confecções nos Estados Unidos ao final da década de 1970 e, somando-se confecções e produtos têxteis, esse percentual era ainda menor – da ordem de 4% para os Estados Unidos, de 8% para a Alemanha e de 2% para a França (HANSEN, 1981).

A resposta a essas indagações reside no fato de que a liberalização comercial que ocorreu ao longo das rodadas do GATT, durante as décadas de 1950 a 1970, havia afetado particularmente as indústrias manufatureiras tradicionais dos países industrializados, cujas vantagens comparativas vinham experimentando sustentado declínio. Como essas indústrias (têxteis, calçados, siderúrgicas, químicas, eletrônicas e agroindústrias, especialmente) haviam dado margem à formação de poderosas associações sindicalizadas, com grande capacidade de influência junto aos poderes legislativos e executivos de seus países, o resultado foi que o aumento da concorrência estrangeira de produtos mais baratos – que representava uma ameaça potencial ao emprego e ao nível da atividade produtiva nessas indústrias – provocou uma pressão crescente na direção de uma onda setorializada de fortes medidas protecionistas (AMACHER; TOLLISON; WILLETT, 1981).

Raul Prebisch – o conhecido economista argentino e mentor do pensamento da Cepal – argumentava que

os países industrializados nunca praticaram uma política comercial verdadeiramente liberal com relação aos bens com os quais a periferia poderia competir nos mercados do Primeiro Mundo – ou seja, bens agrícolas e produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra. Por essa razão, o próprio Prebisch e seus contemporâneos justificavam as políticas passadas de introversão do crescimento de muitas nações subdesenvolvidas e, particularmente, as da América Latina, como o resultado das dificuldades com que esses países se defrontavam ao exportar tanto seus bens agrícolas quanto seus produtos industrializados, mesmo que estes últimos seguissem estritamente as linhas reconhecidamente consistentes com as suas vantagens comparativas².

O Brasil é reconhecidamente o país, entre os não-desenvolvidos, que mais teria avançado no seu processo de industrialização dentro das linhas da substituição de importações. Se esse processo é hoje criticado por ter levado a economia nacional a sérios impasses a partir da década de 1960, o que interessa para efeito das considerações que se seguirão é que a introversão da economia foi acompanhada por políticas de comércio exterior que não colocavam a expansão e a diversificação das exportações como uma prioridade nacional.

Há países, entre os quais quase todos os desenvolvidos e alguns entre os em desenvolvimento (especialmente os chamados Tigres Asiáticos), que utilizaram, principalmente no pós-guerra, sofisticadas políticas de comércio exterior, tanto no que diz respeito a exportações quanto a importações. A partir das décadas de 1960 e 1970, novos países (como a Tailândia, a Malásia, a Indonésia, as Filipinas, entre outros, e, mais recentemente, a China e a Índia) que ingressaram nos cenários mundiais como nações exportadoras, também passaram a adotar ousados e sofisticados instrumentos de política comercial.

O Brasil, até a abertura de sua economia iniciada na década de 1990, sempre praticou um tipo de política de comércio exterior com baixíssimo grau de sofisticação. O uso de tarifas alfandegárias elevadas e a aplicação da Lei dos Similares (que simplesmente consistia num *index* de alguns milhares de itens com importações proibidas,

caso houvesse alguma produção similar no país) eram, até recentemente, os quase únicos instrumentos importantes com relação a importações. No que se refere a exportações, à exceção de um breve período na segunda metade da década de 1960 e início da de 1970, sempre prevaleceu, nas ações governamentais, um claro viés anti-exportador, manifestado pelo negligenciamento da infra-estrutura dos transportes, pela excessiva burocracia e por políticas cambiais que mais desestimulavam que incentivavam as exportações. O país quase que se contentava com o seu papel de exportador de *commodities* e de algumas manufaturas de fácil penetração nos mercados internacionais. Em suma, a política de comércio exterior que o Brasil praticou, nas últimas décadas, voltou-se quase que exclusivamente para a consolidação de seu “modelo” de industrialização por via de substituição de importações e, portanto, para a defesa da produção dirigida aos seus mercados internos.

O resultado dessa postura brasileira em relação ao comércio exterior foi óbvio: enquanto o comércio mundial se expandia a taxas elevadas, a partir da segunda metade do século passado, e muitos países incrementavam a sua inserção nas correntes do comércio internacional, a participação das exportações do Brasil no total mundial declinava firmemente, caindo de quase 3% para pouco mais de 1% nos dias atuais.

A seção seguinte analisa a evolução do comércio exterior do Nordeste, fazendo-se um confronto entre o crescimento das exportações e importações da região com as do país e as de outras regiões brasileiras. Nesta seção, o exame de uma série de características conjunturais e estruturais relevantes sobre a economia desta região é acompanhado por um conjunto de considerações que objetivam explicar muitos dos atuais cenários de dificuldades por que passou e continua passando a economia da região para enfrentar os desafios de uma nova ordem internacional que vem impondo a todos os países e às suas regiões esforços crescentes para uma maior inserção de suas economias nas correntes do comércio exterior.

3 – EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO NORDESTE NOS ÚLTIMOS 45 ANOS: UMA COMPARAÇÃO COM O BRASIL E OUTRAS MACRORREGIÕES

Examinado na perspectiva dos últimos 45 anos, o desempenho das exportações brasileiras foi bastante

² Além dos três estudos clássicos de Prebisch (1950, 1959, 1964), um dos seus últimos trabalhos, 1984, constitui um bom resumo de suas idéias antigas sobre os problemas do desenvolvimento nas nações periféricas a partir da década de 1930.

mediocre: 10,4% ao ano, no período 1960 a 2004, em dólares norte-americanos correntes. Descontada a grande inflação que sofreu a moeda americana no período, conclui-se que foi insignificante ou quase nenhum, o crescimento dessas exportações (Tabela 1).

Visto o crescimento das exportações pelas macrorregiões do país, a mesma tabela mostra que foi a região Nordeste a que registrou, de todas as regiões, o pior desempenho: 7,89% ao ano, no período acima referido (também em dólares correntes).

O mau desempenho nordestino é ainda melhor percebido quando se desdobra o crescimento das exportações dos últimos 45 anos por décadas e por quinquênios. As Tabelas 1 e 2 revelam que foram as últimas duas décadas (a de 1980 e a de 1990) aquelas em que foi pior a *performance* da região – uma *performance* sempre bastante medíocre, com crescimento real negativo (considerada a inflação do dólar norte-americano) em cada quinquênio dos vinte anos das duas décadas examinadas: 2,85% ao ano, entre 1980 e 1984, 3,46%, entre 1985 e 1989, tão-somente 2,94% no quinquênio seguinte e 3,7% no último quinquênio da década de 1990. Até os primei-

ros anos do novo milênio, o desempenho exportador do Nordeste foi tão pouco expressivo a ponto de ter a região exportado, em todos os anos do período 1996-2001, um valor em dólares correntes menor do que em 1995 (no ano de 2001, o melhor desses 5 anos, as exportações regionais alcançaram US\$ 4,18 bilhões, em confronto com US\$ 4,24 bilhões do ano de 1995).

Vale observar que, tal como sucedeu com todo o país, inicia-se, a partir de 2002, uma extraordinária recuperação das exportações nordestinas. Como resultado da necessidade de o país reverter a posição deficitária no seu balanço de comércio e também em decorrência de uma conjuntura mundial extremamente favorável – tanto em termos de uma aceleração do crescimento dos fluxos do comércio internacional quanto da expressiva elevação dos preços das *commodities* –, o comércio exterior da região Nordeste sofre uma forte inflexão, nos anos mais recentes de 2003 e 2004, elevando-se os valores exportados de US\$ 4,6 bilhões, no ano de 2002, para uma cifra superior aos US\$ 8 bilhões, no ano de 2004. Se essa tendência recente é sustentável (o que vale tanto para o país quanto para a região) é ainda algo imprevisível e a ser verificado nos próximos anos.

TABELA 1 – MACRORREGIÕES DO BRASIL, TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS, POR DECÊNIOS, 1960-2004

Períodos	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1960/1969	4,31	-1,56	6,01	14,42	-1,35	6,97
1970/1979	17,72	16,42	22,32	20,24	34,59	21,01
1980/1989	2,89	6,80	6,31	4,32	1,98	5,41
1990/1999	1,14	4,55	4,52	6,07	9,68	4,70
2000/2004*	18,87	12,24	13,75	16,98	29,70	16,05
1960/2004**	7,89	10,08	10,27	11,68	16,67	10,36

Fonte: IBGE; MDIC/SECEX.

Obs.: * Foi considerado um período inferior a dez anos. ** Período total.

TABELA 2 – MACRORREGIÕES DO BRASIL, TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS, POR QUINQUÊNIOS, 1960-2004

Períodos	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1960/1964	-0,29	-3,69	1,40	11,74	-12,03	2,55
1965/1969	8,61	-3,28	7,41	9,76	1,99	7,78
1970/1974	26,34	14,06	23,63	22,73	54,04	23,76
1975/1979	5,53	12,09	15,45	9,11	2,16	11,95
1980/1984	2,85	0,30	8,02	3,80	-11,50	6,05
1985/1989	3,46	15,27	4,23	5,54	8,72	4,77
1990/1994	2,94	2,99	5,87	10,08	14,71	6,61
1995-1999	3,69	3,75	7,39	12,75	18,71	8,34
2000/2004	18,87	12,24	13,75	16,98	29,70	16,05

Fonte: IBGE; MDIC/SECEX.

Voltando-se a apreciar todo período aqui considerado para análise, é importante observar que o processo de introversão apresentado pela economia brasileira no pós-guerra verificou-se com particular intensidade na região Nordeste. Se a economia do país foi-se fechando ao exterior ao longo do processo de industrialização substitutiva de importações, o nível de fechamento da economia nordestina progrediu com muito mais velocidade, inclusive apresentando a região comportamento singular em relação às demais macrorregiões do país.

Os Gráficos 1 e 2 apresentam a participação das macrorregiões brasileiras nas exportações totais do Brasil nas últimas quatro décadas e meia. As informações nelas contidas revelam que, enquanto o Sudeste e o Norte mantiveram praticamente constantes as suas contribuições à pauta das exportações do país, o Sul quase dobrando essa participação e o Centro-Oeste evoluindo de quase zero de participação para cerca de 5,5%, a região Nordeste apresentou padrão sistematicamente descendente na sua contribuição às exportações nacionais. Os números que sugerem a intensidade do processo de introversão que teria sofrido a economia nordestina impressionam: de uma participação nas exportações totais do Brasil de 22,6%, no ano de 1960 (alcançando um pico de 24,2% em 1963), a contribuição nordestina cai continuamente, para atingir 16%, em 1970, 11% em 1980 e 9,8% em 1990. Esta tendência persiste e se aprofunda ainda mais ao longo da década de 1990, registrando a região cifras na casa dos 7% nos anos finais dessa década, e na dos 8% nos anos mais recentes de 2003 e 2004, quando, como já assinalado, as exportações regionais se expandem a taxas muito expressivas e inclusive acima da média nacional.

As razões da velocidade do processo de introversão da economia do Nordeste (tanto com relação ao exterior quanto confrontando às outras regiões do país – como já acima assinalado) merecem um breve comentário.

O parque industrial que foi instalado no Nordeste a partir da década de 1960, por força dos incentivos fiscais e financeiros por via da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Banco do Nordeste, obedeceu, com quase perfeição, à lógica do “modelo” nacional de industrialização substitutiva de importações. As novas indústrias da região voltavam-se não para exportação ao exterior (ou para competirem com as das outras regiões), mas, primordialmente, para

o suprimento de insumos, bens intermediários e de alguns poucos produtos finais de consumo para os mercados de outras regiões do país (e da própria região Nordeste). Assim, enquanto a economia da região crescia, o seu parque produtivo reduzia a sua dependência dos mercados externos, enquanto aumentava a sua dependência das outras economias do resto do país. Acresça-se a isso o fato de que as políticas de subsídios e incentivos fiscais e financeiros às exportações, lançadas nas décadas de 1960 e 1970, visaram principalmente à diversificação da pauta de exportações de primários não-tradicionais (soja e seus derivados, suco de laranja, minérios) e alguns poucos manufaturados, como couros, calçados e produtos siderúrgicos. Essas políticas incentivaram principalmente a base produtiva das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, quase que excluindo os tradicionais produtos da pauta de exportações do Nordeste, como o açúcar, o cacau, o algodão e suas oleaginosas. Dessa forma, o papel que foi conferido ao Nordeste na fase crucial da industrialização nacional foi, basicamente, continuar exportando, para o exterior, os excedentes da sua agroindústria tradicional e, para o interior do país, as matérias-primas e outros bens intermediários da sua “nova” indústria incentivada.

Há ainda outras características relevantes do comportamento das exportações nordestinas que merecem ser assinaladas. A primeira diz respeito às fortes oscilações dos valores exportados pela região. Embora predominassem na pauta das exportações nacionais durante grande parte do período aqui analisado os produtos classificados como básicos ou semimanufaturados – a maioria dos quais constituídos de *commodities*, que se defrontam com mercados muito competitivos e preços instáveis –, os produtos da pauta nordestina, muito mais que os da do país como um todo e ainda mais intensamente em comparação com os da pauta de qualquer outra das macrorregiões brasileiras, experimentaram enormes oscilações: os anos se sucediam revelando ora significativas elevações nas exportações (como os de 1969, 1974 e 1977, com crescimento acima dos 50% em cada um desses anos, sempre em decorrência da elevação dos preços de suas *commodities*), ora modestos índices de expansão, que eram acompanhados, por sua vez, de também pequenos e grandes declínios nesses valores.

Observa-se, de modo geral, muito maior instabilidade das receitas cambiais nordestinas (ver Tabela 3).

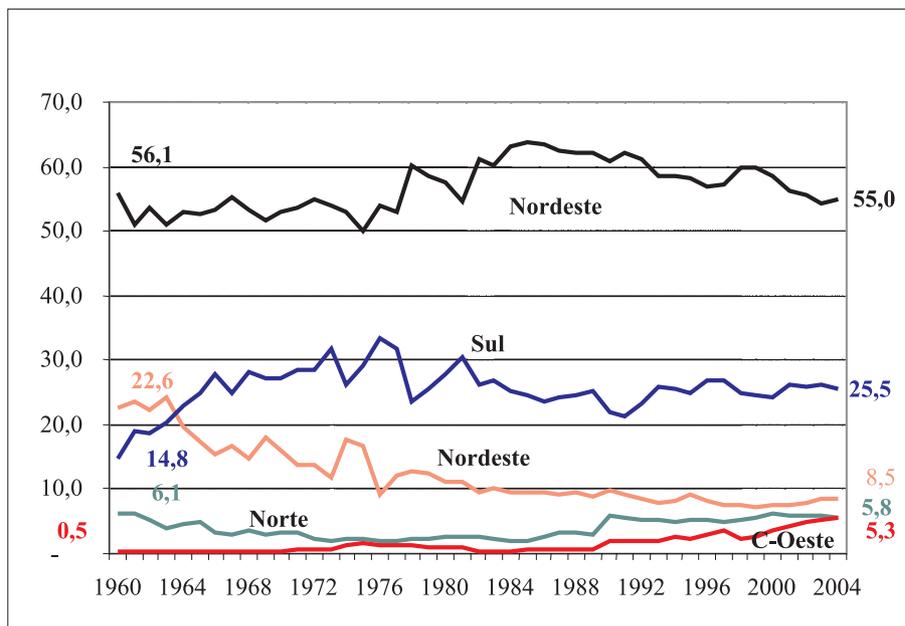


GRÁFICO 1 – MACRORREGIÕES DO BRASIL, PARTICIPAÇÃO RELATIVA NAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL, 1960-2004, EM %

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) / Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

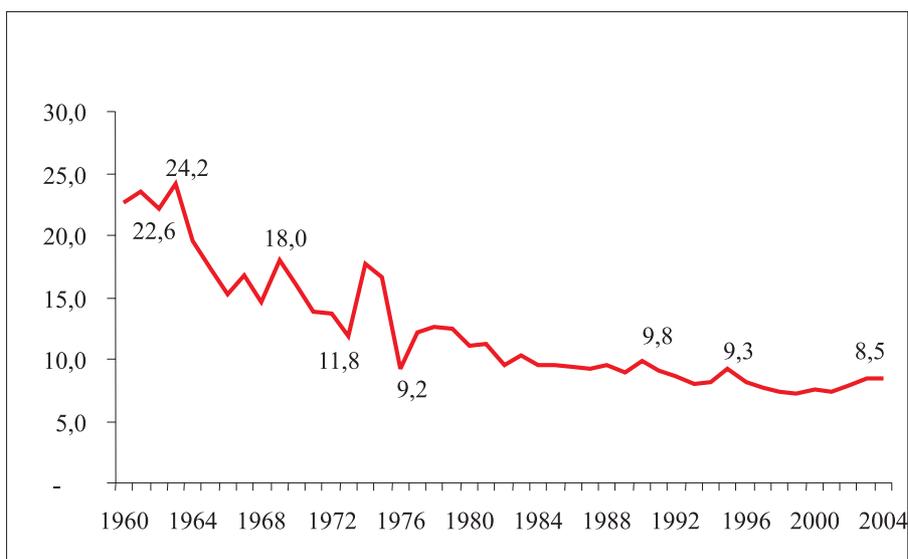


GRÁFICO 2 – REGIÃO NORDESTE, PARTICIPAÇÃO RELATIVA NAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL, 1960-2004, EM %

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) / Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Dos 45 anos da série aqui considerada, o Sudeste registrou apenas oito anos de declínio nas suas exportações; o Sul, 10; o Norte e o Centro-Oeste, 12; e o Nordeste, 16. Considerando-se que os valores da longa série utilizada estão expressos em dólares correntes, é legítimo inferir que o número de ocorrências de taxas negativas de crescimento das exportações, em termos reais, deva ter sido ainda maior.

Outra característica importante do comércio exportador do Nordeste decorre da constatação de que as oscilações das exportações da região não são um fenômeno de maior incidência nos anos mais remotos. Quando se observa o comportamento das exportações nacionais por macrorregiões nos 14 anos mais recentes (período 1991-2004), enquanto a região Sudeste registra uma queda (em dólares correntes) de suas receitas cambiais

em apenas um ano, o Centro-Oeste em dois e o Norte e o Sul em três, o Nordeste registra a ocorrência de declínio de seus valores exportados em cinco dos últimos 14 anos da série aqui considerada (Tabela 3).

A ausência de um padrão estável de comportamento das exportações nordestinas reflete, obviamente, a concentração da sua pauta em poucas *commodities* ou bens semimanufaturados de baixo valor agregado, que sofrem mais intensamente os efeitos da conjuntura internacional.

Um trabalho de Michael Storper, que trata da especialização regional no comércio internacional em um mundo globalizado, permite algumas comparações interessantes com o Nordeste brasileiro (STORPER, 1997).

Storper (1997) apresenta informações sobre a pauta de exportações de dois países europeus e dos Estados Unidos, desagregada pelos seus principais produtos, para o ano de 1985. Na França, a participação dos 50 principais produtos no total das exportações representava 22,5%, na Itália 27,2% e nos Estados Unidos 33,8%. No Nordeste, as informações correspondentes para o ano de 2001 revelaram uma cifra de 77% para os seus 50 principais produtos, um pouco mais de 50% para os 15 mais importantes e quase 43% para os 10 mais exportados (ver Tabela 4).

Além disso, e sem dúvida ainda mais relevante, é o confronto entre a natureza das pautas: enquanto os dois principais produtos nordestinos exportados alcançavam contribuição, cada um deles, da ordem de 10% e se constituíam de produtos de baixo valor agregado e igualmente reduzido conteúdo tecnológico (óleo combustível com participação de 10,5% e açúcar-de-cana em bruto com 9,3%), cada um dos principais itens entre os 50 exportados pelos três países do estudo de Storper (1997) registrava pequenas contribuições da ordem de, no máximo, 2 a 4%, e tais itens eram representados por exportações com demanda dinâmica e elevado conteúdo tecnológico, como aviões na França (o principal item com 2% de contribuição à sua pauta), aviões e helicópteros nos Estados Unidos (com 4,1%) e calçados finos de couro na Itália (com 4,2%). Todos os demais produtos da variada pauta das exportações dos três países mencionados apresentavam reduzida participação de 1 e menos por cento.

O problema da concentração da pauta de exportações do Nordeste torna-se mais grave quando se examinam os principais itens exportados por cada Estado da região.

A consulta aos dados desagregados desses dados (não mostrada aqui, por economia de espaço) revela que, para o ano de 2001, os três principais produtos exportados por Alagoas representaram quase 95% do total, os do Maranhão cerca de 73%, os do Piauí 62% e os de Sergipe 60%. Os demais Estados, com concentração menor de sua pauta, registravam, mesmo assim, elevada dependência de uns poucos produtos de exportação: a Paraíba apresentando uma cifra de 50% para os seus três principais produtos exportados, o Rio Grande do Norte e Pernambuco 45%, o Ceará 37% (os três principais produtos desse Estado registrando, porém, contribuição de 46% no ano anterior: o de 2000) e somente a Bahia apresentando uma pauta menos concentrada, da ordem de 32% para os seus três principais produtos.

Um novo exame da pauta de exportações do Nordeste para o ano mais recente de 2004 revela algumas significativas mudanças na composição do comércio exterior da região, mas não a ponto de promover alterações estruturais profundas (Tabela 5). Três novos produtos, não constantes da pauta dos 50 principais do ano de 2001, aparecem com destaque. Os automóveis da fábrica da Ford baiana compõem em 2004 como o produto líder da pauta de exportações nordestinas, com a expressiva cifra de quase US\$ 600 milhões, e representando 7,3% das exportações totais da região. Os dois outros são os camarões e o etanol da cana-de-açúcar, ambos com uma presença perto dos US\$ 100 milhões cada.

Além dessas “novidades” merecem também destaque três outros produtos que já eram exportados, mas cujos montantes registraram notável expansão: a soja em grãos dos cerrados nordestinos, que evoluiu de pouco mais de US\$ 90 milhões para a significativa cifra de US\$ 302 milhões; o café (a grande maioria também dos cerrados), que passou, entre 2001 e 2004, de US\$ 24 milhões para US\$ 51 milhões; e os melões frescos das áreas irrigadas (sobretudo do Rio Grande do Norte), que se expandiram de US\$ 38 milhões para US\$ 62 milhões. Para os demais casos, praticamente mantêm-se os mesmos produtos que já constavam da pauta de 2001, sem mudanças expressivas em seus valores. Além do mais,

**TABELA 3 – MACRORREGIÕES DO BRASIL, EVOLUÇÃO ANUAL DAS EXPORTAÇÕES
TOTAIS, 1960-2004, EM %**

Anos	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1960	-	-	-	-	-	-
1961	16,30	12,21	1,07	43,20	-28,83	11,29
1962	-18,35	-27,35	-9,09	-14,73	-9,69	-13,47
1963	25,87	-11,47	10,51	25,84	58,27	15,82
1964	-17,54	14,84	5,56	13,35	-48,20	1,71
1965	-1,87	23,73	10,39	21,17	52,20	11,13
1966	-3,20	-24,64	10,75	23,20	-24,60	9,56
1967	3,88	-16,67	-1,34	-15,83	52,26	-5,00
1968	-0,11	40,07	9,95	28,79	-21,37	13,72
1969	50,50	-3,76	18,99	19,27	22,28	22,86
1970	5,04	39,33	21,77	18,28	110,35	18,52
1971	-7,61	1,10	7,08	11,73	63,26	6,02
1972	35,05	-0,25	40,51	36,60	59,19	37,43
1973	33,98	23,05	52,95	72,74	59,35	55,32
1974	92,53	55,59	25,47	5,60	109,39	28,26
1975	3,02	14,98	3,48	22,03	50,21	9,04
1976	-35,57	0,34	25,83	34,26	-11,21	16,82
1977	58,83	7,51	17,17	13,11	34,81	19,67
1978	8,31	25,86	18,50	-21,91	6,37	4,45
1979	18,09	30,33	17,42	30,38	-12,61	20,42
1980	17,64	50,90	29,73	43,75	4,59	32,06
1981	17,03	12,47	10,14	26,71	24,39	15,70
1982	-26,49	-19,42	-3,04	-25,31	-58,29	-13,39
1983	17,37	6,20	6,49	10,40	5,81	8,55
1984	13,96	5,46	29,35	15,34	-1,10	23,32
1985	-5,28	-12,44	-4,15	-7,30	44,54	-5,06
1986	-13,82	22,20	-12,93	-15,90	33,60	-12,83
1987	16,54	37,25	15,46	20,73	9,89	17,35
1988	27,93	29,90	24,16	25,99	-9,48	24,89
1989	-7,73	-6,60	-1,44	2,36	14,32	-1,20
1990	5,26	79,79	-6,25	-17,52	185,13	-4,26
1991	-5,63	-2,05	3,41	-2,31	1,89	0,93
1992	6,13	3,90	11,06	24,62	21,70	13,27
1993	-0,74	10,80	2,94	19,64	13,28	7,12
1994	16,27	2,75	12,50	10,97	41,39	12,48
1995	21,04	17,06	6,39	4,23	-11,86	7,08
1996	-9,08	-1,31	0,26	10,05	40,20	2,62
1997	2,74	7,08	10,85	11,03	29,75	10,59
1998	-6,06	0,80	1,37	-10,54	-32,31	-3,59
1999	-9,81	3,29	-6,65	-7,73	6,56	-6,32
2000	19,95	24,08	11,13	12,05	41,61	13,57
2001	3,96	-2,41	1,20	14,03	35,08	5,46
2002	11,17	6,34	3,82	3,69	15,36	4,99
2003	31,30	20,38	18,89	23,83	33,09	21,92
2004	31,58	27,05	34,02	27,92	36,46	31,94

Fonte: IBGE; MDIC/SECEX.

os 50 principais produtos exportados no ano de 2004 representaram ainda 72,4% do total regional – uma in-significante redução em relação aos 77% verificados no ano de 2001, o que, portanto, não sugere nenhuma alteração estrutural.

Uma primeira avaliação a se extrair da análise do desempenho exportador do Nordeste nesses últimos 45 anos não poderia deixar de produzir um cenário um tanto pessimista para o futuro, pelo menos no que diz respeito ao curto e médio prazos. Se é verdade que a região está abrindo novas frentes de exportação que podem apresentar grande potencial de crescimento no futuro, a história passada e recente do comércio externo do Nordeste não autoriza previsões muito otimistas. A região continuará, ainda na próxima década, dependendo quase que inteiramente de exportações de produtos intensivos em recursos naturais e de mão-de-obra pouco qualificada.

Nesse contexto, porém, duas perspectivas de certo modo animadoras podem ser visualizadas para o Nordeste. A primeira diz respeito à possibilidade de a região continuar trilhando o caminho das exportações intensivas em recursos naturais, ou seja, baseadas em suas vantagens comparativas mais evidentes, mas desenvolvendo pólos de exportação avançados com a elevação constante de conteúdo tecnológico. A exploração dos cerrados, a hortifruticultura irrigada do São Francisco (com um destaque especial para a vinivicultura) e de outros vales irrigados na região, a aqüicultura (camarões e peixes, sobretudo) a produção de gesso e derivados, são exemplos de segmentos da produção primária que podem ser crescentemente assentados em tecnologias mais intensivas em capital, resultado de pesquisas de novos métodos e processos produtivos e, portanto, de novos conhecimentos.

O desenho de um novo perfil industrial para a região pode abrir também uma outra perspectiva de desenvolvimento futuro. O Nordeste conta com quatro grandes portos de águas profundas, alguns já consolidados, outros em consolidação (Aratu, na Bahia, Suape, em Pernambuco, Pecém, no Ceará e Itaqui, no Maranhão), que funcionam acoplados a distritos industriais, que poderão constituir áreas de significativo potencial de atração de novas indústrias no futuro próximo. Como as exportações estão diretamente associadas à base produtiva de uma região, a expansão e sobretudo a diversificação de sua base produtiva poderão criar novos mercados externos,

principalmente se chegarem a bom termo as negociações em curso para a implementação dos acordos de livre comércio com a União Européia e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A outra dimensão do comércio exterior nordestino – a relativa às suas importações – destaca, com muito mais força, a natureza do processo de introversão que sofreu a economia da região nessas últimas quatro décadas. Se o Nordeste destacou-se como uma região exportadora de pouca expressão no cenário nacional, a sua importância como região importadora foi praticamente desprezível, já que o Nordeste contribuiu, do início dos anos 1960 até o final da década de 1990, com não mais do que 5 a 7% do dispêndio total brasileiro com importações do exterior.

O coeficiente de abertura da economia nordestina durante todo o período aqui analisado sempre foi extremamente reduzido, a relação Importações/Produto Interno Bruto (PIB) alcançando cifra pouco superior aos 2%, no início da década de 1960, e ligeiramente mais que 3%, no ano de 1995³.

Se a região Nordeste fosse um país, tais medidas para o seu coeficiente de abertura o colocariam como uma das economias mais fechadas de todo o mundo.

As razões para o desempenho importador nordestino nas últimas quatro décadas, de igual modo ao procedido quando do exame das exportações regionais, devem ser buscadas nas políticas do pós-guerra praticadas pelo país, ou seja, nas políticas que resultaram na introversão crescente da economia nacional.

Essas políticas, como já acima assinalado, se não propiciavam um ambiente favorável à expansão das exportações do país ao exterior, criavam ainda maiores dificuldades para as importações.

Como é da própria natureza do “modelo” de industrialização por via de substituição de importações, as políticas de comércio exterior eram extremamente rígidas com relação a importações. E, naturalmente, as importações – fossem de insumos ou de bens de capital – tendi-

³ Cálculo efetuado considerando-se os valores correntes em dólares norte-americanos das importações do Nordeste, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em confronto com o PIB regional, também em dólares correntes, estimado pela Sudene (para informações sobre o PIB da região, BOLETIM..., 1999).

TABELA 4 – NORDESTE DO BRASIL, PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS, 2001, VALORES EM US\$ 1.000 - FOB

	Descrição	Valor US\$ - FOB	% Total	% Acumulado
1	Fuel-oil (óleo combustível)	438.476.537	10,48	10,48
2	Açúcar de cana, em bruto	386.869.269	9,25	19,73
3	Alumínio não-ligado, em forma bruta	198.830.304	4,75	24,48
4	Ferro fundido bruto não-ligado	133.203.980	3,18	27,66
5	Pasta quím. madeira de n/conif.a soda/sulfato, semibranq.	124.505.270	2,98	30,64
6	Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	112.228.837	2,68	33,32
7	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extr.do óleo de soja	110.225.722	2,63	35,95
8	Camarões congelados	106.959.041	2,56	38,51
9	Outros grãos de soja, mesmo triturados	90.787.658	2,17	40,68
10	Ligas de alumínio em forma bruta	87.731.182	2,10	42,78
11	Fios de cobre refinado	69.431.683	1,66	44,44
12	Outros calçados de couro natural	63.581.191	1,52	45,95
13	Tecido de algodão>=85%,fio color.denim,indigo,p>200g/m2	61.217.025	1,46	47,42
14	Outras gasolinas	60.968.680	1,46	48,88
15	Consumo de bordo - combustíveis e lubrif. p/embarcações	59.008.305	1,41	50,29
16	Alumina calcinada	56.997.487	1,36	51,65
17	Lagostas congeladas	55.411.416	1,32	52,97
18	Goiabas, mangas frescas	48.857.742	1,17	54,14
19	Outros.açúcares de cana	48.018.617	1,15	55,29
20	Manteiga, gordura e óleo, de cacau	47.743.560	1,14	56,43
21	Outros papéis/cartões	46.367.284	1,11	57,54
22	Etilenoglicol (etanodiol)	45.787.755	1,09	58,63
23	Pasta química de madeira, para dissolução	45.051.943	1,08	59,71
24	Ouro em barras, fios, perfis de sec. maciça, bulhão dourado	44.937.753	1,07	60,78
25	Outros, couros e peles	38.518.919	0,92	61,70
26	Melões frescos	37.953.102	0,91	62,61
27	Ceras vegetais	36.348.850	0,87	63,48
28	Camisetas t-shirts etc.de malha de algodão	34.340.831	0,82	64,30
29	Éter metil-ter-butilico (mtbe)	34.060.788	0,81	65,11
30	Outros polietilenos em formas primárias	31.546.047	0,75	65,87
31	Calçados de borracha e de plástico	31.409.806	0,75	66,62
32	Roupas de toucador/cozinha, de tecidos atoaalh. de algodão	30.956.941	0,74	67,36
33	Cordéis de sisal/outs. fibras "agave", p/atadeiras/enfard.	30.784.931	0,74	68,09
34	Outros tipos de algodão não-cardado nem penteado	26.755.501	0,64	68,73
35	Benzeno	25.898.935	0,62	69,35
36	Couro/pele bovina, prepar. após curtim. plena flor, c/acab.	24.899.795	0,60	69,95
37	Metiloxirano (óxido de propileno)	24.821.348	0,59	70,54
38	Café não-torrado,não descafeinado, em grão	24.198.095	0,58	71,12
39	Propeno (propileno) não-saturado	23.773.373	0,57	71,69
40	Couro/pele, inteiro/meio, de bovino, wet blue, div. c/flor	21.877.049	0,52	72,21
41	Catodos de cobre refinado/seus elementos, em forma bruta	21.168.073	0,51	72,71
42	Cinzas e resíduos contendo outros metais ou compostos	20.859.460	0,50	73,21
43	Ferrossilício contendo peso>55% de silício	20.356.774	0,49	73,70
44	Uvas frescas	19.547.293	0,47	74,17
45	Cacau em pó, sem adição de açúcar ou outros edulcorantes	19.421.212	0,46	74,63
46	Policloreto de vinila, obt. proc. suspensão, forma primária	18.138.945	0,43	75,06
47	Acrilonitrila	17.730.449	0,42	75,49
48	Tolueno	16.849.228	0,40	75,89
49	Monoisopropilamina e seus sais	16.251.661	0,39	76,28
50	Rolhas, outs. tampas e acess. p/emb. de metais comuns	15.282.624	0,37	76,64
	Total dos principais produtos	3.206.948.271	76,64	
	Total do Nordeste	4.184.171.165	100,00	

Fonte: IBGE; MDIC/SECEX.

TABELA 5 – NORDESTE DO BRASIL, PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS, 2004, VALORES EM US\$ 1.000 - FOB

	Descrição	Valor US\$ - FOB	% Total	% Acumulado
1	automóveis c/motor explosão	583.953.594	7,27	7,27
2	<i>fuel-oil</i> - óleo combustível	421.820.436	5,25	12,52
3	açúcar de cana, em bruto	348.409.461	4,34	16,85
4	ferro fundido bruto não-ligado	330.724.176	4,12	20,97
5	outros grãos de soja, mesmo triturados	301.524.965	3,75	24,72
6	óleos brutos de petróleo	284.242.327	3,54	28,25
7	minérios de ferro aglomerados e concentrados	231.593.415	2,88	31,14
8	bagaços e outros resíduos sólidos de soja	209.189.813	2,60	33,74
9	ligas de alumínio em forma bruta	177.627.191	2,21	35,95
10	castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	174.898.672	2,18	38,13
11	alumínio não-ligado em forma bruta	172.718.575	2,15	40,28
12	fios de cobre refinado	161.168.073	2,01	42,28
13	pasta quím. madeira de n/conif. a soda	159.462.053	1,98	44,27
14	benzeno	120.573.599	1,50	45,77
15	outras gasolinas	119.863.682	1,49	47,26
16	manteiga, gordura e óleo de cacau	104.045.728	1,29	48,55
17	outros açúcares de cana	99.473.887	1,24	49,79
18	camarões, inteiros, congelados, exceto <i>krill</i>	97.709.442	1,22	51,01
19	álcool etílico n/desnaturado	95.530.379	1,19	52,19
20	alumina calcinada	92.516.984	1,15	53,35
21	outs.couros/peles, int. bovinos, pena fl. prepar. s.	89.067.503	1,11	54,45
22	ácido fosfonometiliminodiacético	83.186.473	1,04	55,49
23	outros calçados de couro natural	68.270.998	0,85	56,34
24	etilenoglicol (etanodiol)	68.189.726	0,85	57,19
25	consumo de bordo - combustíveis e lubrif. p/barcos	64.045.446	0,80	57,98
26	calçados de borracha/plast. c/parte super. em tiras	63.598.309	0,79	58,77
27	melões frescos	62.214.000	0,77	59,55
28	catodos de cobre refinado e seus elementos	58.514.810	0,73	60,28
29	1,2-dicloroetano (cloreto de etileno)	57.405.882	0,71	60,99
30	tecido de algodão >=85%, fio color. denim, índigo	56.827.678	0,71	61,70
31	mangas frescas ou secas	55.451.898	0,69	62,39
32	cacau em pó, sem adição de açúcar	55.346.625	0,69	63,08
33	roupas de toucador/cozinha, de tecidos	54.743.635	0,68	63,76
34	pasta química de madeira para dissolução	54.159.690	0,67	64,43
35	uvas frescas	52.349.477	0,65	65,08
36	café não-torrado, não-descafeinado, em grão	51.384.913	0,64	65,72
37	polietileno linear, em forma primária	49.560.788	0,62	66,34
38	propeno (propileno) não-saturado	44.126.538	0,55	66,89
39	éter metil-ter-butílico (mtbe)	43.459.815	0,54	67,43
40	outs. couros/peles, int. bovinos, prepar. etc.	41.901.664	0,52	67,95
41	ouro em barras, fios, perfis de sec. maciça	41.586.673	0,52	68,47
42	outras lagostas, congeladas, exceto as inteiras	40.097.728	0,50	68,97
43	acrilonitrila	39.672.015	0,49	69,46
44	assentos estofados, com armação de madeira	39.544.346	0,49	69,95
45	papel <i>kraft</i> , fibra	38.216.720	0,48	70,43
46	outros camarões congelados, exceto <i>krill</i>	36.162.238	0,45	70,88
47	outros tipos de algodão não-cardado	34.070.746	0,42	71,30
48	ferromangânês contendo, em peso >2% de carbono	30.494.706	0,38	71,68
49	propilenoglicol (propano-1,2-diol)	29.512.262	0,37	72,05
50	sisal/outras fibras têxteis "agave", em bruto	27.510.178	0,34	72,39
	Total dos principais produtos	5.817.719.932	72,39	
	Total do Nordeste	8.036.442.075	100,00	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)/Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

am a espelhar espacialmente a concentração da produção fabril do país.

O Gráfico 3 mostra claramente como a quase totalidade das importações brasileiras se dirigia à região Sudeste e, somente quando se inicia um processo de desconcentração industrial no país – a partir da década de 1980 – outras regiões brasileiras começam a incrementar a sua participação nos dispêndios com importações. O gráfico citado mostra que a participação da região Sudeste nas importações totais do país pouco se alterou ao longo do período de 1960 a 1985, esta região absorvendo, até o ano de 1985, cerca de 80 a 85% de todas as aquisições de bens importados do Brasil. Somente a partir do final dos anos 1980, observa-se uma tendência de redução da participação do Sudeste nas importações totais do país, que cai da casa dos 80% em 1985, para alcançar pouco menos de 63% no ano de 2004.

Era, portanto, quase marginal o envolvimento das demais regiões brasileiras em atividades de importação (Gráfico 4).

Chama a atenção especialmente o caso do Nordeste – ao se levar em conta que a sua população apresentava cifra da ordem de 30% ou mais, do total da população do país. Ao longo do período 1960-1985, a

participação dessa região nas importações totais do país mantém-se no patamar dos 5% (com alguns anos registrando 1 ponto percentual abaixo e, em outros, 1 ponto percentual acima dos 5% – como pode ser bem visualizado no Gráfico 5).

Esse reduzido volume de importações expressava simplesmente o fato de que o Nordeste só comprava do exterior estritamente o que não era produzido no país – por força, obviamente, das elevadas barreiras tarifárias e do cumprimento sempre rigoroso da Lei dos Similares, que vedava, como já acima mencionado, a aquisição de bens de consumo, de matérias-primas e de máquinas e equipamentos que tivessem produção similar em alguma outra região do país. Em decorrência da reduzida dimensão de seu parque fabril e, sobretudo, por ter a região, a partir dos anos 1960, adotado uma política de desenvolvimento industrial que seguiu estritamente as regras do “modelo” nacional de industrialização por via de substituição de importações, as articulações do Nordeste voltavam-se cada vez mais para dentro do país. A região Nordeste adquiria de outras áreas da nação, e não do exterior, as importações de que necessitava para atender a quase totalidade do seu dispêndio em bens não-produzidos na própria região – não importando, é bom ressaltar, as diferenças de preço e de qualidade entre os bens importáveis do exterior e os produzidos no país.

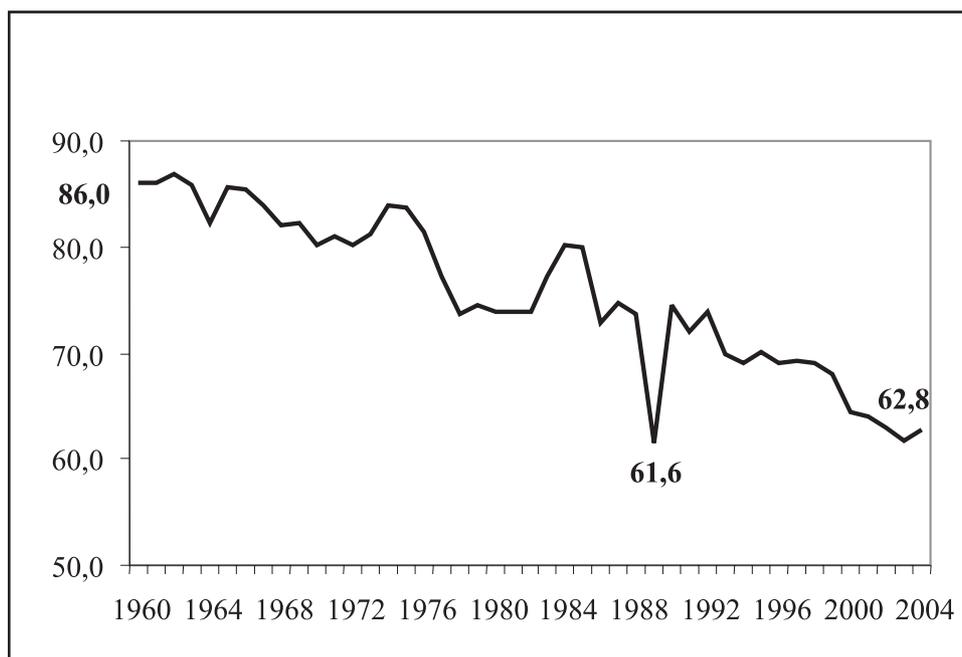


GRÁFICO 3 – REGIÃO SUDESTE, PARTICIPAÇÃO NAS IMPORTAÇÕES DO BRASIL, 1960-2004, EM%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)/Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

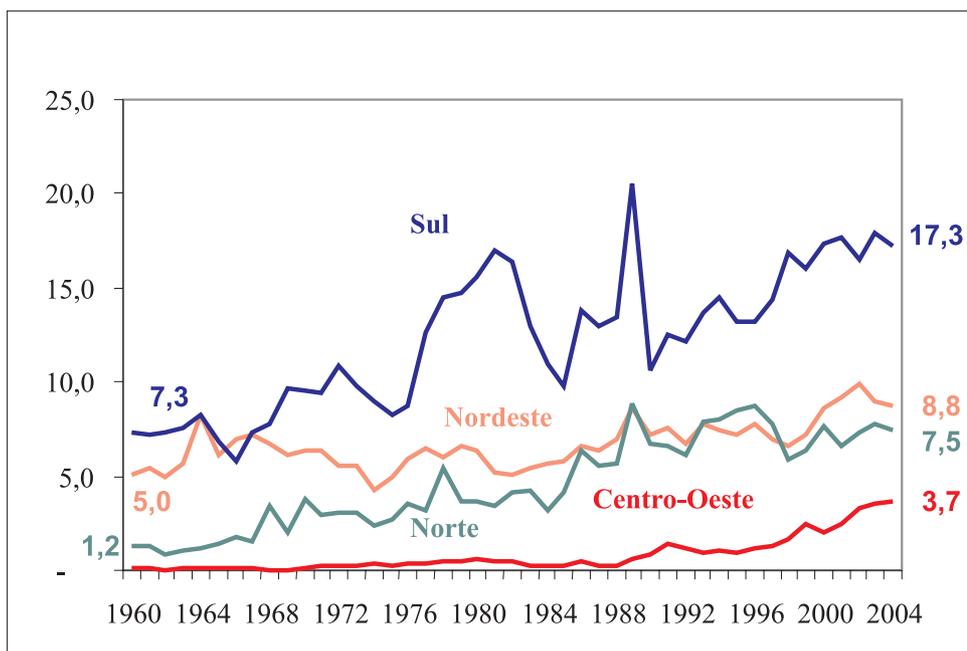


GRÁFICO 4 – MACRORREGIÕES DO BRASIL, PARTICIPAÇÃO NAS IMPORTAÇÕES DO BRASIL, 1960-2004, EM%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)/Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

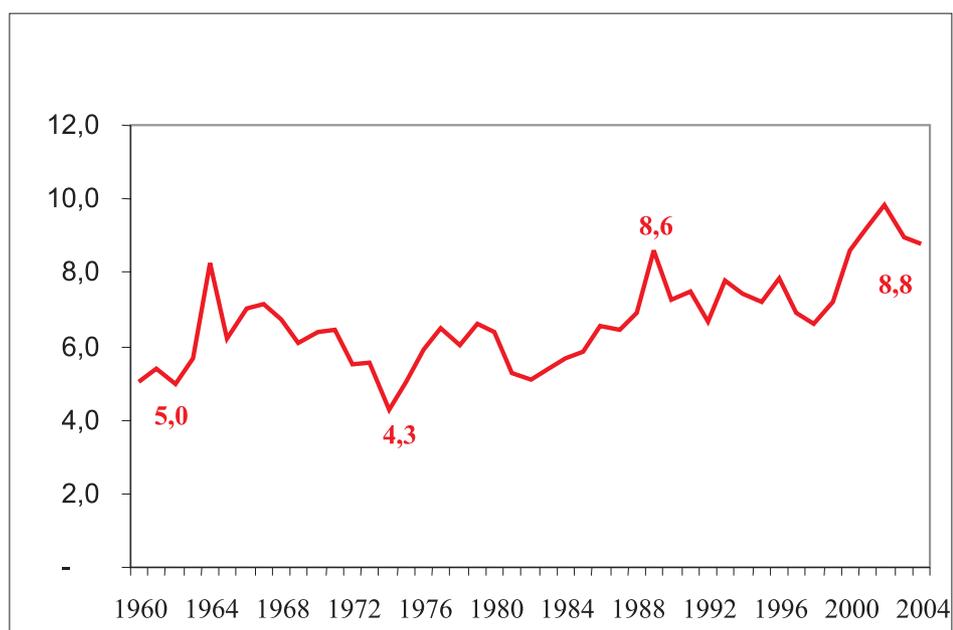


GRÁFICO 5 – REGIÃO NORDESTE, PARTICIPAÇÃO RELATIVA NAS IMPORTAÇÕES DO BRASIL, 1980-2004, EM%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)/Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Em termos de crescimento, a evolução das importações do Nordeste nas últimas quatro décadas e meia revela quase as mesmas oscilações de suas exportações e nenhum nível de estabilidade de comportamento: crescem a altas taxas em alguns anos, muito pouco em

outros e igualmente registram grandes declínios em alguns anos e reduzidas quedas em outros. Assim, observada numa perspectiva de longo prazo, não se registra qualquer tendência de regularidade nas importações regionais do exterior (Tabela 6).

O comportamento das importações nordestinas, porém, não foge à regra do observado para o país como um todo e para as suas macrorregiões (ver a mesma Tabela 6). Como se sabe, a economia brasileira sempre sofreu agudos problemas de desequilíbrio externo e as dificuldades com o balanço de pagamentos exigiam mudanças constantes nos instrumentos de políticas comerciais, que terminavam por afetar, também de forma recorrente, o dispêndio com importações em nível nacional. Além do mais, dois outros fatores eram responsáveis pelas oscilações freqüentes nos fluxos das importações: as flutuações nos preços das *commodities* que o país importava (petróleo, trigo, outras matérias-primas) e os anos de baixa taxa de crescimento ou mesmo de recessão que acompanharam a economia nacional em muitos dos anos do período analisado. Como importações são determinadas por fatores os mais diversos (a exemplo dos três já mencionados: mudanças freqüentes nas políticas de controle de importações, os cenários recessivos e as flutuações de preços de importantes itens da pauta), não é de esperar qualquer regularidade nas importações de países com economias afetadas por tantas turbulências nos seus cenários macroeconômicos.

A desagregação das taxas de crescimento das importações por quinquênio permite algumas observações relevantes adicionais. A Tabela 7 mostra que, à exceção do quinquênio 1995-1999, quando tanto as importações brasileiras quanto as regionais registraram um crescimento negativo, as importações nordestinas do exterior, nos últimos 20 anos, evoluem a taxas mais elevadas do que as do Brasil como um todo (embora que abaixo das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte). Nos anos do novo milênio, as importações brasileiras assumem um comportamento errático, aumentando em alguns anos e caindo em outros, e o Nordeste acompanha a mesma tendência. Como, porém, o desempenho importador da região é ligeiramente menos desfavorável do que o do país como um todo, o patamar das importações da região se elevou para acima da casa dos 7% do dispêndio total do país no exterior – patamar que chega a ficar próximo aos 9% nos anos mais recentes de 2003 e 2004.

Vale assinalar ainda, que não ocorreu, durante toda a década de 1990 – a década da abertura – e nos anos seguintes da década de 2000, qualquer explosão do crescimento das importações regionais. Se, em alguns anos do período 1990-2004, a região registra elevadas taxas

de crescimento de seus dispêndios no exterior, 43%, 25% e 47%, ao ano, no triênio 1993-1995, 36% no ano de 2000 e 27% em 2004, essas elevadas expansões nas importações são entremeadas com outros anos de quase nulo crescimento e alguns até de significativo declínio de suas aquisições externas: crescimento de 5,8% em 1991, 1,4% em 1997, e fortes declínios em 1992 (23,2%), em 1998 (10,3%), em 1999 (7,1%), em 2002 (9,3%) e em 2003 (5,1%).

O aumento na participação da região nas importações totais do país nos anos mais recentes, portanto, decorreu simplesmente do medíocre crescimento das importações nacionais nos últimos 15 anos e principalmente no período 1998-2003.

Ocorreu, todavia, fenômeno digno de menção no cenário do comércio exterior nordestino. Na longa série de 45 anos aqui examinada, a região Nordeste registra, pela primeira vez, uma mudança drástica na posição de seu balanço comercial. De uma região tradicionalmente superavitária nas suas relações com o exterior, o Nordeste reverteu esta posição entre o ano de 1996 até o ano de 2002, passando a apresentar grandes e crescentes déficits no seu comércio internacional. Examinando-se o longo período de 1960 a 2002, observa-se que desses 43 anos, em 36, a região apresentou saldos comerciais positivos e, em 22 desses 36 anos, os saldos comerciais alcançaram cifras superiores ao próprio valor total de suas importações.

Ao longo da década de 1960, em apenas um ano, as importações totais regionais superaram a diferença entre o que a região exportou e importou. Em cinco desses dez anos, o superávit comercial nordestino foi maior que o dobro das suas importações do exterior. A região exportava pouco, como já mencionado acima, mas importava muito menos ainda – gerando, em termos relativos, significativos volumes de divisas que eram utilizadas por outras regiões do país.

Na década de 1970, as importações do Nordeste cresceram mais do que as exportações, reduzindo a proporção dos seus superávits comerciais (em apenas três anos dessa década, o superávit comercial foi maior do que o valor das importações totais), mas, em termos absolutos, a região continuou produzindo elevados saldos comerciais.

Nos anos 1980, enquanto as exportações cresciam a quase 3% ao ano, as importações declinaram em cerca

**TABELA 6 – MACRORREGIÕES DO BRASIL, EVOLUÇÃO ANUAL DAS IMPORTAÇÕES
TOTAIS, 1960-2004, EM %**

Anos	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1960	-	-	-	-	-	-
1961	5,09	2,15	-1,16	-7,28	-18,09	-1,29
1962	9,62	-22,52	19,09	19,47	-11,49	18,05
1963	12,20	18,61	-2,28	1,77	81,84	-1,05
1964	10,35	-8,67	-27,70	-17,12	-42,39	-24,58
1965	-31,09	3,09	-4,19	-24,10	34,31	-7,94
1966	21,36	38,07	7,10	-9,19	-30,35	7,26
1967	14,25	-4,37	9,70	42,17	35,23	11,66
1968	17,70	181,67	21,99	33,36	-31,57	24,88
1969	-2,09	-36,89	8,73	33,72	-13,93	8,39
1970	51,96	174,08	41,90	44,24	375,18	45,48
1971	11,66	-13,34	11,90	9,05	86,50	10,76
1972	12,48	37,26	29,52	51,31	75,21	30,80
1973	48,73	46,62	49,80	33,54	64,79	47,91
1974	53,29	57,26	106,00	82,67	115,20	99,33
1975	13,66	10,50	-3,30	-10,90	-38,69	-3,04
1976	19,90	29,26	-1,60	6,54	70,38	1,14
1977	6,12	-11,66	-8,38	40,09	-12,69	-3,42
1978	5,07	93,75	8,09	30,12	54,37	13,56
1979	44,81	-12,82	33,27	33,49	49,18	31,55
1980	20,87	26,92	24,87	32,94	60,81	26,04
1981	-20,61	-9,57	-3,52	5,50	-20,74	-3,53
1982	-15,00	6,23	-12,49	-15,54	-12,58	-12,50
1983	-15,38	-18,58	-16,66	-36,94	-69,23	-20,26
1984	-5,07	-31,97	-6,14	-23,70	-15,63	-9,47
1985	-3,06	23,01	-5,79	-15,97	27,15	-5,77
1986	22,16	66,64	-1,26	53,75	113,67	8,55
1987	4,18	-6,27	9,47	0,09	-43,33	6,58
1988	4,40	-1,63	-4,57	0,53	-4,16	-3,17
1989	16,39	45,66	-21,65	43,00	103,12	-6,19
1990	15,44	4,78	66,06	-28,88	111,63	37,09
1991	5,76	0,03	-1,56	19,58	67,89	1,90
1992	-13,19	-9,25	0,04	-4,87	-13,44	-2,36
1993	43,46	56,78	16,24	37,69	-9,77	22,84
1994	24,95	33,68	29,49	38,85	55,23	30,97
1995	46,77	59,88	53,49	38,35	41,71	51,19
1996	15,72	10,01	5,02	6,35	23,10	6,57
1997	1,40	1,57	15,46	25,25	34,68	15,06
1998	-10,32	-28,37	-6,82	9,83	15,71	-6,37
1999	-7,08	-8,66	-16,08	-18,75	26,25	-14,80
2000	36,05	38,16	7,98	23,06	-5,11	14,00
2001	7,12	-14,48	-0,92	1,80	21,39	-0,33
2002	-9,31	-5,66	-16,24	-20,76	12,15	-15,00
2003	-5,06	9,55	0,17	11,22	8,99	2,26
2004	27,32	23,64	32,28	24,86	37,76	30,02

Fonte: IBGE; MDIC/Secex.

TABELA 7 – MACRORREGIÕES DO BRASIL, TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES TOTAIS, POR QUINQUÊNIOS, 1960-2004, EM %

Período	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1960/1964	7,36	-3,03	-3,62	-1,35	-5,35	-2,75
1965/1969	9,83	18,61	9,28	18,15	-11,12	10,14
1970/1974	23,42	22,36	34,93	32,11	63,23	33,69
1975/1979	14,12	14,04	5,37	20,99	27,92	7,85
1980/1984	-11,53	-11,86	-7,96	-15,58	-29,04	-9,43
1985/1989	9,11	17,48	-4,17	17,21	18,71	1,00
1990/1994	13,27	17,44	10,34	21,44	19,44	12,48
1995/1999	-0,56	-7,53	-1,32	4,42	24,75	-0,55
2000/2004	9,87	13,01	7,73	10,51	18,30	8,50

Fonte: IBGE; MDIC/SECEX.

de 2,3%, em média, a cada ano, voltando a região a registrar crescentes superávits comerciais. Com efeito, em oito dos dez anos do período 1980-89, o excedente comercial do Nordeste alcançou cifra superior ao seu dispêndio total com importações. No ano de 1988, embora tanto as exportações quanto as importações tenham evoluído positivamente, a região Nordeste registrou o seu mais elevado saldo comercial em dólares correntes de toda a série analisada, ultrapassando seu saldo de comércio com o exterior a cifra dos 2 bilhões de dólares norte-americanos.

A partir de 1989, porém, o Nordeste começa a revelar uma nova tendência: porque suas importações crescem mais rapidamente que as exportações nos primeiros anos de década de 1990 (embora sem caracterizar nenhuma explosão de crescimento dessas importações),

inicia-se uma tendência de erosão dos saldos da balança comercial da região que, a cada ano, reduz a diferença entre exportações e importações, passando o saldo de um pico de 2,01 bilhões de dólares em 1989 (como já acima assinalado) para tão-somente US\$ 636 milhões no ano de 1995.

A partir de 1996, ocorre uma forte inflexão do saldo da balança comercial nordestina: a região passa a apresentar uma situação que há muitas décadas não conhecia, ou seja, uma posição deficitária no seu comércio com o exterior do país. De 1996 até o ano 2001, os déficits oscilam ano a ano, mas registram uma tendência crescente a partir de 1999, alcançando a cifra de quase um bilhão de dólares em 2001, quando cai para pouco menos de US\$ 6 milhões no ano de 2002 (Tabela 8 e Gráfico 6).

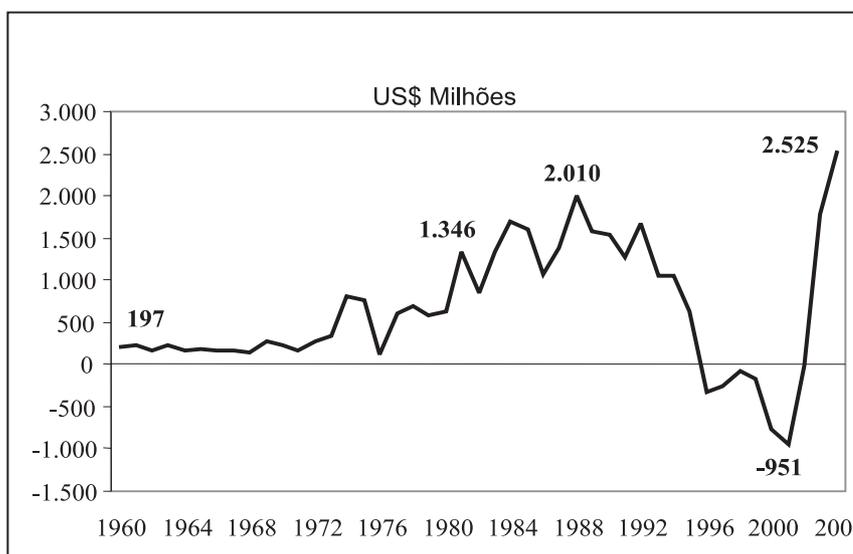


GRÁFICO 6 – REGIÃO NORDESTE, EVOLUÇÃO NO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL, 1960-2004, US\$ MILHÕES

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)/Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

TABELA 8 – REGIÃO NORDESTE, EVOLUÇÃO NOS SALDOS DA BALANÇA COMERCIAL, 1960-2004, VALORES EM US\$ MILHÕES

Anos	Exportações (A)	Importações (B)	Saldo Comercial (A) - (B)
1960	284.260	87.510	196.749
1961	330.582	91.961	238.621
1962	269.914	100.808	169.105
1963	339.733	113.107	226.626
1964	280.127	124.810	155.317
1965	274.875	86.001	188.874
1966	266.077	104.373	161.703
1967	276.94	119.243	157.151
1968	276.078	140.349	135.729
1969	415.488	137.421	278.066
1970	436.442	208.820	227.621
1971	403.241	233.163	170.079
1972	544.562	262.251	282.311
1973	729.589	390.045	339.544
1974	1.404.679	597.888	806.791
1975	1.447.140	679.536	767.604
1976	932.366	814.755	117.611
1977	1.480.908	864.583	616.325
1978	1.603.997	908.404	695.593
1979	1.894.186	1.315.500	578.686
1980	2.228.401	1.590.074	638.327
1981	2.607.973	1.262.316	1.345.657
1982	1.917.000	1.073.000	844.000
1983	2.250.000	908.000	1.342.000
1984	2.564.000	862.000	1.702.000
1985	2.428.577	835.622	1.592.955
1986	2.092.938	1.020.801	1.072.137
1987	2.439.093	1.063.519	1.375.574
1988	3.120.418	1.110.367	2.010.051
1989	2.879.063	1.292.332	1.586.731
1990	3.030.397	1.491.909	1.538.488
1991	2.859.771	1.577.900	1.281.871
1992	3.035.047	1.369.830	1.665.217
1993	3.012.648	1.965.221	1.047.427
1994	3.502.854	2.455.466	1.047.388
1995	4.239.999	3.603.783	636.216
1996	3.854.865	4.170.285	-315.420
1997	3.960.561	4.228.877	-268.316
1998	3.720.485	3.792.485	-72.000
1999	3.355.394	3.524.050	-168.656
2000	4.024.694	4.794.308	-769.614
2001	4.184.171	5.135.670	-951.499
2002	4.651.697	4.657.559	-5.862
2003	6.107.494	4.328.700	1.778.794
2004	8.036.442	5.511.420	2.525.022

Fonte: IBGE; MDIC/Secex.

Nos anos de 2003 e 2004, as exportações nordestinas experimentam um crescimento extraordinário, como não se registrava há quase trinta anos: mais de 30% em cada um desses dois anos, enquanto suas importações declinavam em cerca de 5% em 2003, para se elevarem a 27% no ano seguinte. Com essa excepcional *performance* exportadora, a região Nordeste reverte a tendência deficitária e volta à posição normal de uma região tradicionalmente geradora de saldos comerciais em suas relações com o exterior.

É ainda prematuro fazer-se uma previsão definitiva da continuidade dessa tendência. A expectativa é de que tanto as exportações quanto as importações devam evoluir nos próximos anos, em função da continuidade da abertura comercial, das perspectivas de crescimento da economia e dos esforços que deverão ser dirigidos à expansão e à diversificação das exportações da região. Analisada a economia da região do ponto de vista de seu balanço total de pagamentos, e diante da posição deficitária de sua conta de serviços, de capitais privados e do comércio inter-regional, superávits crescentes no balanço comercial com o exterior serão absolutamente indispensáveis para reduzir necessidade de transferências substanciais de recursos públicos para a região, para que esta possa manter níveis adequados de crescimento da renda e do emprego.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS

Este estudo mostrou que, na perspectiva dos últimos 45 anos, o comércio exterior da região Nordeste revelou um desempenho extremamente desfavorável, as exportações e importações da região crescendo menos do que as de todas as outras macrorregiões do país.

As razões para o fraco desempenho do comércio exterior nordestino nos últimos 45 anos devem ser buscadas nas políticas do pós-guerra praticadas pelo país, ou seja, nas políticas econômicas caracterizadas por um forte viés anti-exportador e que resultaram na introversão crescente da economia nacional. Essa postura brasileira, quase inteiramente voltada para a consolidação de seu “modelo” de industrialização por via de substituição de importações, fez com que, enquanto o comércio mundial se expandia a taxas elevadas, a partir da segunda metade do século passado, e muitos países incrementavam a sua inserção nas correntes do comércio internacional, a participação das exportações do Brasil no total mundial

declinava firmemente, caindo de quase 3%, no final da década de 1960, para pouco mais de 1% nos dias atuais.

O processo de introversão apresentado pela economia brasileira durante praticamente todo o período do pós-guerra verificou-se com particular intensidade na região Nordeste. Se a economia do país foi-se fechando ao exterior ao longo do processo de industrialização substitutiva de importações, o nível de fechamento da economia nordestina progrediu com muito mais velocidade. Os números que sugerem a intensidade do processo de introversão sofrido pela economia do Nordeste impressionam: de uma participação nas exportações totais do Brasil, que chegou a alcançar 24,2% em 1963, a contribuição regional declina drasticamente, atingindo os 16% no ano de 1970, 11% em 1980, e mantém-se na casa de pouco mais de 7% no início da década de 2000.

Uma primeira avaliação a se extrair da análise do desempenho exportador do Nordeste nesses últimos 45 anos não poderia deixar de produzir um cenário um tanto pessimista para o futuro, a despeito do excelente desempenho revelado pela região nos últimos dois anos da série aqui analisada. Se é verdade que a região está abrindo novas frentes de exportação que podem apresentar grande potencial de crescimento no futuro, a história passada e recente do comércio externo do Nordeste não autoriza previsões muito otimistas. A região continuará, ainda nesta década e provavelmente ainda na próxima, dependendo quase que inteiramente de exportações de produtos intensivos em recursos naturais e de mão-de-obra pouco qualificada.

No que diz respeito a proposições de política voltadas para incentivar a expansão das exportações regionais, vale reconhecer, inicialmente, que a economia de todos os Estados do Nordeste requer ações de política ativa, de seus agentes públicos e privados, que objetivem tornar o parque produtivo regional mais competitivo, tanto no mercado externo quanto no interno.

Tais medidas de política, que já se justificariam *per se* em qualquer contexto, pelas suas implicações para o desenvolvimento da economia da região, assumem caráter de necessidade imperiosa em vista de pelo menos três acontecimentos recentes.

Em primeiro lugar, é crucial levar em conta que a abertura comercial, iniciada no país a partir do início da década

de 1990, imprimiu à economia do Nordeste um maior grau de exposição à concorrência externa de produtos importados, o que vem a requerer o fortalecimento de sua base econômica para que os seus principais setores produtivos possam sobreviver às novas realidades de uma economia aberta que já promoveu, e continuará promovendo, intensos processos de reestruturações produtivas.

Por outro lado, é de igual modo imperioso reconhecer que, tanto em nível nacional quanto em nível regional, a globalização e a abertura provocaram e continuam provocando amplas alterações nos centros de gravidade da economia, mediante drásticas reestruturações produtivas e organizacionais de setores de atividades, de firmas e indústrias, com claras implicações territoriais. A economia de todo o país entrou, desde o início da década de 1990, em busca de novas especializações, em grande parte decorrentes dos amplos movimentos no sentido da substituição de fontes domésticas de suprimento de insumos, máquinas e equipamentos e de muitos bens finais de consumo por importações do exterior do país. Dentro desse contexto, são inevitáveis as mudanças no relacionamento de setores, indústrias e firmas das regiões com setores, firmas e indústrias de outras regiões, devendo resultar dessas mudanças um também amplo movimento no sentido da realocação de atividades produtivas por todo o espaço nacional. É fundamental atentar para que o Nordeste, como a região mais pobre do país, não saia ainda mais fragilizada desses processos de reestruturações por que vem passando a economia nacional, bem como também das profundas alterações na localização geográfica do parque produtivo, que ainda estão em curso no Brasil.

Por fim, menção especial merece a questão de ser fundamental que a economia da região Nordeste mantenha superávit nas suas relações comerciais com o exterior do país. Um superávit ajuda a região a financiar parte do déficit nas transações correntes que é registrado por essas regiões com o resto do país. Uma condição de região deficitária que o Nordeste passou a apresentar com o exterior do país entre 1996 e 2002 obriga a região a necessitar de transferências de recursos para preservar os seus níveis de renda e de consumo, em vista do volumoso déficit que é verificado nas transações comerciais e de serviços que a região mantém com o resto do país. Desta forma, a expansão das exportações, associada ao incremento da produção regional que substituam impor-

tações (do exterior, do país ou de ambos), assume importância crucial para que se reduza a dependência de crescentes, volumosas e incertas transferências de recursos de fora da região e para que não seja criado ou acentuado o problema do constrangimento “externo” para o crescimento econômico da região.

Diante desses cenários, é condição *sine qua non* para o crescimento da região que a sua economia se torne mais competitiva para capacitar-se a uma maior e melhor inserção na economia mundial e nacional.

Para isso, a economia da região deverá expandir e diversificar exportações, melhorar o conteúdo tecnológico de vários segmentos de seus setores exportadores, aproveitar melhor o potencial dos recursos naturais disponíveis, expandir e diversificar o seu parque produtivo voltado para o mercado da própria região e sobretudo para o mercado nacional, fortalecer os seus setores tradicionais e, ao mesmo tempo, buscar o aproveitamento de novas oportunidades produtivas nas quais a região possa apresentar vantagens comparativas naturais ou artificialmente (socialmente) criadas – estas últimas decorrentes sobretudo de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em infra-estrutura adequada e, principalmente, em capital humano, ou seja, em educação e capacitação de mão-de-obra

A tarefa de se promover uma maior e melhor inserção competitiva da economia da região é complexa e envolve um amplo espectro de medidas de políticas de curto, médio e longo prazos, com cortes setoriais, espaciais e por tipo de empresas.

As estratégias de elevação da competitividade do Nordeste podem, ou devem, ser concebidas em dois níveis: o macroinstitucional e o de políticas de orientação vertical.

No nível macroinstitucional, muitas das políticas requeridas fogem do âmbito propriamente regional, posto que são exigências de ordem nacional, algumas delas estando focadas nos fatores sistêmicos que afetam o chamado custo-Brasil. Algumas são enumeradas a seguir:

- a) a manutenção de uma taxa de câmbio adequada aos interesses dos segmentos exportadores;
- b) o melhoramento da infra-estrutura, sobretudo a viária e portuária, diretamente voltada para as atividades de exportação;

- c) uma crescente articulação entre políticas tecnológicas e políticas comerciais;
- d) a descentralização/regionalização de políticas de elevação de competitividade;
- e) um amplo envolvimento do governo federal na promoção de exportações e na implementação de novos instrumentos de política comercial;
- f) a redução da carga tributária que ainda incide sobre exportações e concessão de certos subsídios permitidos no âmbito da OMC, como os para investimentos em P&D e alguns empréstimos a taxas preferenciais de juros para fins de desenvolvimento regional;
- g) a disponibilização de financiamentos de longo prazo para exportações;
- h) a criação de mecanismos para a adaptação de indústrias afetadas pela abertura e que apresentem potencial competitivo;
- i) a negociação em âmbito multilateral, bilateral e regional para a abertura do mercado internacional de produtos de interesse do país e da região.

No nível das políticas de orientação vertical, o princípio básico é o de que tais políticas devam ter um forte caráter seletivo e especificamente dirigido para setores e atividades particulares. Ênfase especial deve ser conferida à consolidação de bases regionais, microrregionais ou mesmo municipais que apresentem potencialidade de desenvolvimento, localizadas em diversas áreas geográficas da região. As pequenas e médias empresas deverão receber tratamento especial, principalmente através do fortalecimento de redes de cooperação entre empresas localizadas em determinadas áreas do território regional e do estímulo à organização de pequenos e médios *clusters* ou Aglomerações Produtivas Locais (APLs) de base local, dotando-os de um claro viés exportador. A disseminação de consórcios de exportação constitui uma das principais atividades a serem incentivadas, à medida que tais consórcios funcionam como veículos eficazes de aglutinação de pequenas e médias empresas em busca de mercados externos.

O Nordeste apresenta um número expressivo de segmentos industriais com grande potencialidade de cres-

cimento em bases competitivas e com significativo potencial exportador, seja para mercados externos ou internos. Entre os principais, os seguintes podem ser listados: o químico e farmacêutico, o de borracha e plásticos, o de fiação e tecelagem, o de confecções, o de calçados, o metalúrgico, o de papel e celulose, o de gesso e derivados, o de cimento, o de alumínio e derivados, o de pescados (peixes e camarões) e, mais recentemente, os da vinicultura e da indústria automobilística. Alguns segmentos especializados na área de produtos eletro-eletrônicos e de aparatos óticos e de fotografia também já têm presença expressiva na região e o seu desenvolvimento poderia ser potencializado. Ainda na área industrial, é vital para algumas áreas geográficas da região a recuperação, o fortalecimento e a renovação de seu parque sucro-alcooleiro.

Na área de serviços, o incentivo ao turismo doméstico e internacional deve constituir uma clara prioridade, pela sua potencialidade de gerar volume apreciável de emprego e renda. Além da exportação de serviços turísticos, destacam-se ainda no Nordeste duas outras áreas com potencial exportador (para o exterior ou para outras regiões do país): a do setor de informática (exportação de *softwares*) e de serviços médicos especializados.

Na esfera agrícola, o potencial da fruticultura irrigada já é amplamente reconhecido, embora este setor de atividades conte ainda com sérios problemas que precisam ser enfrentados. A melhoria da infra-estrutura viária, um maior apoio governamental na área do financiamento, da comercialização e do *marketing*, sobretudo em relação aos mercados internacionais, são providências urgentes que demandam ações de grande porte. Investimentos em treinamento da mão-de-obra que operam os perímetros irrigados e principalmente em pesquisas agrônomicas de base local, voltadas ao combate a pragas e ao melhoramento genético das variedades em cultivo na região, são prioridades absolutas para a ampliação continuada da agricultura irrigada nos sertões nordestinos. A agricultura dos cereados – grãos e oleaginosas, sobretudo – vem tendo um notável desenvolvimento nas últimas décadas. Essas áreas demandam medidas específicas de apoio, especialmente no que diz respeito aos transportes, ao financiamento e a pesquisas agrônomicas, para realizarem o seu pleno potencial. A floricultura (especialmente de espécies tropicais) e a exploração da aquíicultura (criação de camarões e peixes em cativeiro) também são atividades a merecerem forte apoio institucional, pela sua enorme potencialidade

em termos de mercados, tanto nacionais quanto internacionais. Três culturas agrícolas tradicionais (além da açucareira, já mencionada), merecem políticas específicas, voltadas para a sua recuperação, pelos seus grandes impactos sobre a renda e o emprego: a cotonicultura, a cacauicultura e a cafeicultura.

Abstract

The paper aim is to analyze the evolution of foreign trade in the Northeast of Brazil, based on the perspective of the last four and half decades, beginning in the year of 1960 and ending in 2004. The study analyzes the growth of the regional exports and imports comparing data from the region, the country and the other regions. The paper also attempts to explain the reasons of trade introversion process that the region has suffered in the last 45 years, some changes resultants from the trade opening, the export composition, according to its main products and trade balance in the last 45 years. In a last section the study makes a series of policy propositions to increase the export performance of the region.

Key words:

Foreign Trade in the Northeast; Trade; Northeast Economic Introversion; Trade Composition; Northeast Foreign Trade's Development.

REFERÊNCIAS

- AMACHER, R. C.; TOLLISON, R. D.; WILLETT, T. D. A divergência entre a teoria e a prática. In: INSTITUTE FOR CONTEMPORARY STUDIES. **Tarifas, quotas e comércio**: a política do protecionismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BALASSA, B. **Development strategies in semi-industrialized economies**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.
- _____. **The structure of protection in developing countries**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1971.
- _____. **Trade liberalization among industrial countries**. New York: McGraw-Hill, 1967.
- BOLETIM CONJUNTURAL. Recife: Sudene, ago. 1999.
- GALVÃO, O. J. A. Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil: 1943-69. **Revista Brasileira de Economia**, v. 53, n. 4, p. 523-558, out./dez. 1999.
- GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste, 1959**. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.
- HANSEN, R. D. O comércio, os países em desenvolvimento e as relações norte-sul. In: INSTITUTE FOR CONTEMPORARY STUDIES. **Tarifas, quotas e comércio**: a política do protecionismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- IMF. **World economic outlook 2005**: globalization and external imbalances. Washington, 2005.
- JONES, R. W.; KENEN, P. B. **Handbook of international economics**. Amsterdam: North Holland, 1984. V. 1.
- KRUEGER, A. **Foreign trade regimes and economic development**: liberalization attempts and consequences. Cambridge: Ballinger, 1978.
- _____. Trade policies in developing countries. In: JONES, R. W.; KENEN, P. B. **Handbook of international economics**. Amsterdam: North Holland, 1984. V. 1.
- MAGEE, S. P. The political economy of trade policy. In: GREENWAY, D.; WINTERS, A. L. **Surveys in international economics**. Oxford: Blackwell, 1994.
- PREBISCH, R. Commercial policies in the underdeveloped countries. **American Economic Review**, Harvard, v. 49, p. 251-273, maio 1959.
- _____. **The economic development of Latin America and its principal problems**. New York: ONU, 1950.
- _____. Five stages in my thinking on development. In: MEYER, M. G.; SEERS, D. (Ed.). **Pioneers in development**. Oxford: World Bank, 1984.

_____. **Towards a new trade policy for development:** report by the secretary: general of the United Nations Conference on Trade and Development-UNCTAD. New York: United Nations, 1964.

STORPER, M. **The regional world:** territorial development in a global economy. New York: The Guilford Press, 1997.

THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v. 128, n. 2, p. 51-62, 1979.

THIRLWALL, A. P.; HUSSAIN, M. N. The balance of payments constraint, capital flows and growth rate differences between developing countries. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 43, n. 3, p. 498-510, 1982.

THIRLWALL, A. P. Reflections on the concept of balance of payments constraint growth. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 19, n. 3, p. 377-385, Spring 1997.

WORLD BANK. **Global economic prospects 2005:** trade, regionalism and development. Washington, 2005.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **World trade report 2005.** Geneva, 2005.

Recebido para publicação em 23.02.2006

